

**RETRATO DOS TRABALHADORES QUANDO JOVENS,  
ADULTOS E VELHOS:  
PERFIL DAS POSIÇÕES NA OCUPAÇÃO POR IDADE E RENDIMENTO  
SEGUNDO A PED-RMBH**

Frederico Luiz Barbosa de Melo  
Graduado em Ciências Econômicas (UFMG), em 1986,  
e doutor em Demografia (CEDEPLAR-UFMG), em 2006.  
Técnico do DIEESE em Minas Gerais  
Professor do mestrado em “Gestão social, educação e desenvolvimento local”  
da UNA – Centro Universitário / BH

**Endereço:** Rua Curitiba, 1269, 9º andar – Centro.  
30 170-121 – Belo Horizonte – MG.  
Tel.: (31) 3222 9395  
Fax: (31) 3222 9787  
**Endereço eletrônico:** [fred@dieese.org.br](mailto:fred@dieese.org.br) .

**Resumo:**

Este estudo tem por objetivo identificar padrões etários dos trabalhadores e uma hierarquia de remunerações tomando por referência as posições na ocupação. É investigada a Região Metropolitana de Belo Horizonte, nos períodos 1996-1997 e 2005-2006 com base na PED-RMBH. O estudo visa lançar para debate algumas hipóteses referentes aos possíveis movimentos dos ocupados no interior do mercado de trabalho ao longo de sua vida ativa, com os conseqüentes impactos sobre suas remunerações. Outro objetivo é fornecer informações que, ao considerar o perfil etário das posições na ocupação, possam subsidiar a elaboração de políticas públicas. Identifica-se um padrão etário combinado a uma hierarquia de rendimentos, ambos relativamente “estáveis”, segundo a posição na ocupação, podendo-se supor que trabalhadores migrem de posições menos valorizadas para outras mais valorizadas durante sua vida profissional. Com base na identificação dos padrões por posição e dos grupos ocupacionais mais vulneráveis (de acordo com os rendimentos médios das posições na ocupação), são sugeridas políticas públicas que poderiam contribuir para melhorar suas condições de vida e de trabalho.

**Palavras-chave:** jovens, adultos, velhos, rendimentos, RMBH.

***Retrato dos trabalhadores quando jovens, adultos e velhos:***  
*perfil das posições na ocupação por idade e rendimento segundo a PED-RMBH*

*Introdução*

Este estudo tem por objetivo identificar, primeiro, padrões etários dos trabalhadores por posição na ocupação e, segundo, uma hierarquia de remunerações também por posições na ocupação num mercado de trabalho metropolitano brasileiro. O estudo visa lançar para debate algumas hipóteses referentes aos possíveis movimentos dos ocupados no interior do mercado de trabalho ao longo de sua vida ativa, com os conseqüentes impactos sobre suas remunerações. Outro objetivo é fornecer informações que, ao considerar o perfil etário das posições na ocupação, possam subsidiar a elaboração de políticas públicas. O principal argumento é que parece existir um padrão etário combinado a uma hierarquia de rendimentos, ambos relativamente “estáveis”, segundo a posição na ocupação, podendo-se supor que alguns trabalhadores migrem de posições menos valorizadas para outras mais valorizadas durante sua vida profissional.

É investigada a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), nos biênios de 1996-1997 e 2005-2006, com base nos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), que, sendo uma pesquisa transversal, não é adequada para captar *transições* no mercado de trabalho. Ainda assim, acredita-se que, por meio de dados referentes a períodos, possa se inferir hipóteses de explicação para fenômenos que, em última instância, só seriam corretamente investigados com dados de pesquisas longitudinais.

Sendo o mercado de trabalho brasileiro considerado como muito segmentado, a variável “posição na ocupação” tem sido frequentemente incorporada em investigações sobre equações de rendimento (ver, por exemplo, COURSEUIL, 2002). Igualmente tem sido examinado, nesse tipo de estudo, o atributo “idade”, muitas vezes tratado como um indicador do acúmulo de experiência pelo indivíduo no mercado de trabalho e/ou na sua ocupação. Também em estudos sobre transições no mercado de trabalho, têm sido analisadas as variáveis “posição na ocupação” e “idade”, além de outras, como escolaridade (ver, por exemplo, SEDLACEK *et al*, 1990; WAJNMAN, 1995; e HIRATA, MACHADO, 2007). Porém, a estrutura etária das posições na ocupação em si

mesma tem permanecido despercebida como uma característica marcante e relativamente rígida do mercado de trabalho brasileiro.

Perfis etários da estrutura ocupacional por posição no Brasil já foram objeto de investigação, tendo sido constatada a existência de padrões etários da distribuição por posição na ocupação que tendem a se reproduzir no tempo, o que seria indicativo de transições de indivíduos entre as posições ao longo de sua vida ativa (RAMOS *et al*, 1997). RAMOS *et al* (1997), cujo objetivo era inferir impactos sobre a desigualdade de rendimentos e os níveis de bem-estar pela segmentação do mercado de trabalho, foi além da abordagem dual geralmente dedicada à segmentação do mercado de trabalho brasileiro e, ao invés de considerar apenas o mercado “formal” *vis-à-vis* o “informal”, examinou as posições de “empregados com carteira”, “empregados sem carteira”, “trabalhadores por conta-própria” e “empregadores”. Estudando a PEA brasileira masculina, com idade entre 15 e 65 anos, nos anos de 1981, 1985 e 1990, com base na PNAD, e analisando os atributos de “idade”, “escolaridade” e “posição na ocupação”, RAMOS *et al* (1997) constata a existência de perfis etários para as posições na ocupação e de uma hierarquia salarial. Assim, os “sem carteira” auferem os rendimentos mais baixos em todo o ciclo de vida ativa e estão fortemente concentrados nas faixas etárias mais jovens, enquanto as outras categorias aumentam seu peso com a elevação dos grupos de idade, ainda que com especificidades; os “empregadores” recebem os maiores rendimentos em todas as faixas etárias; os “conta própria” aumentam seu peso com a elevação das faixas de idade e, abaixo dos “empregadores”, ganham os maiores rendimentos nas idades iniciais da vida ativa; e, por fim, os “com carteira” revelam uma concentração relativa nas idades entre 20 e 30 anos e obtêm, depois dos “empregadores”, os maiores rendimentos nos estágios intermediários e finais.

O presente estudo visa identificar estruturas etárias e de rendimentos associadas às posições na ocupação como forma de dar elementos para serem analisadas as possíveis transições entre posições no mercado de trabalho e os impactos sobre a desigualdade de rendimentos. Portanto, este estudo, embora não analisando as diferenças de escolaridade, guarda semelhanças com RAMOS *et al* (1997). Por outro lado, além de analisar região e períodos distintos, o presente estudo desagrega mais as “posições na ocupação” e incorpora a variável “tempo na ocupação”, que contribui para a compreensão da estrutura por idade e rendimento das posições na ocupação.

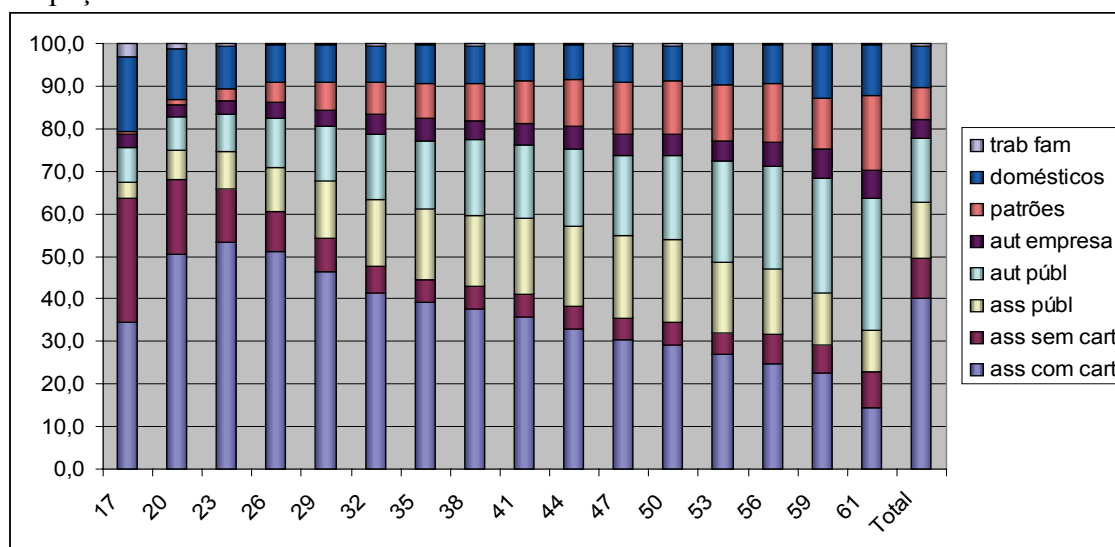
### *As estruturas etárias por posição na ocupação*

Inicialmente deve-se informar que, para garantir uma maior representatividade amostral, além de ter agregado informações de dois anos, este estudo considerou apenas os indivíduos com 16 anos ou mais e agrupou as idades em faixas trienais. Então, o que nos gráficos aparece como “17” refere-se aos indivíduos com 16, 17 ou 18 anos; o que aparece como “20”, aos indivíduos com 19, 20 ou 21 anos; e assim sucessivamente, sendo que o grupo “61” agrega todos os que alcançaram 60 anos ou mais.

Os GRÁF. 1 e 2 trazem as composições, para os ocupados segundo faixas etárias, por posição na ocupação nos dois biênios analisados.

#### GRÁFICO 1:

Distribuição dos ocupados dos dois sexos (em %) segundo faixa etária por posição na ocupação - RMBH – 1996-1997

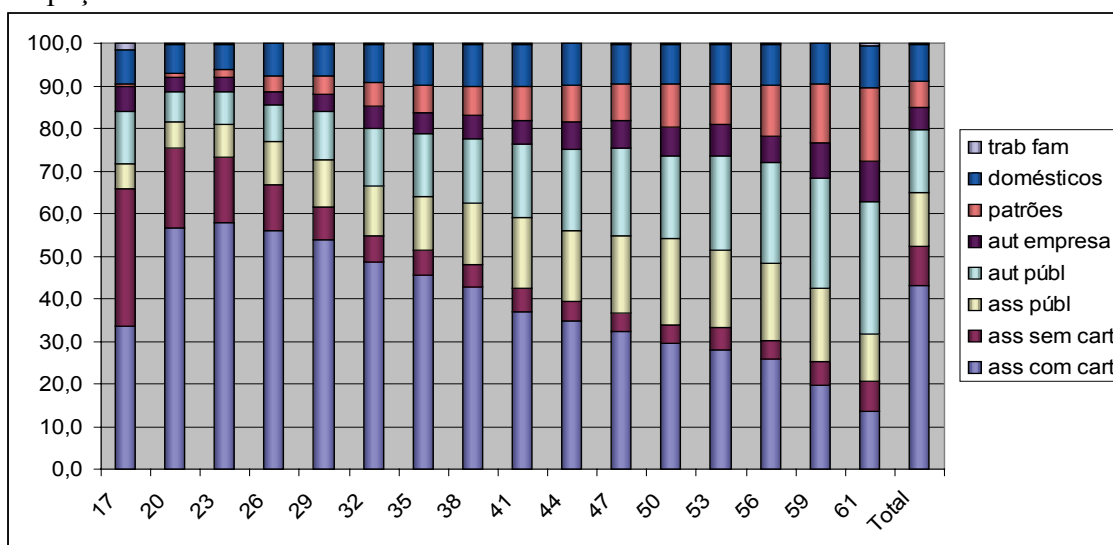


FONTE: PED-RMBH. Convênio DIEESE/SEADE/FJP/SEDESE-MG/MTE. Elaboração própria.

OBS.: Na categoria “patrões”, incluíram-se os “empregadores”, os “donos de negócio familiar” e os “outros” e, entre os “sem carteira”, os “assalariados não sabe”.

GRÁFICO 2:

Distribuição dos ocupados dos dois sexos (em %) segundo faixa etária por posição na ocupação - RMBH – 2005-2006



FONTE: PED-RMBH. Convênio DIEESE/SEADE/FJP/SEDESE-MG/MTE. Elaboração própria.

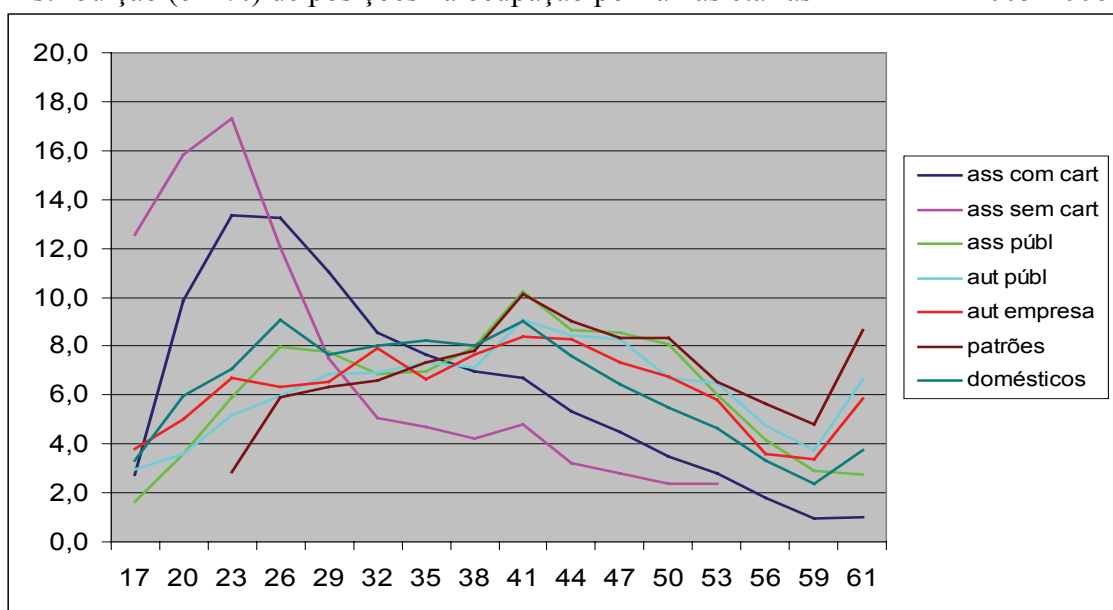
OBS.: Na categoria “patrões”, incluíram-se os “empregadores”, os “donos de negócio familiar” e os “outros” e, entre os “sem carteira”, os “assalariados não sabe”.

Além de os padrões etários serem muito semelhantes nos dois biênios, observa-se que, em cada um dos biênios, as posições de “assalariados com carteira assinada” e “sem carteira” são mais importantes nas idades iniciais da vida ativa. Comportamento oposto têm as posições de “assalariado do setor público”, “autônomo para o público” e “patrões”, cujos pesos tendem a aumentar com a elevação dos grupos etários, enquanto que, com exceção das duas faixas mais jovens em 1996-1997, o peso dos “domésticos” é relativamente homogêneo entre os grupos etários.

O GRÁF. 3 revela, talvez de modo ainda mais claro, as diferenças de perfil etário das posições na ocupação. Em 2005-2006, na RMBH, o “assalariamento sem carteira” era muito concentrado nas idades jovens (no início dos vinte anos), assim como, de modo menos intenso e levemente mais tardio, o “assalariamento com carteira”. Fica patente que o “assalariamento no setor público”, o “trabalho por conta-própria” (para o público e para empresas) e a atividade de gestão de negócios alcançam maior importância nas idades entre 40 e 50 anos. Já o “emprego doméstico” distribui-se mais entre os 25 e 40 anos.

GRÁFICO 3:

Distribuição (em %) de posições na ocupação por faixas etárias – RMBH – 2005-2006



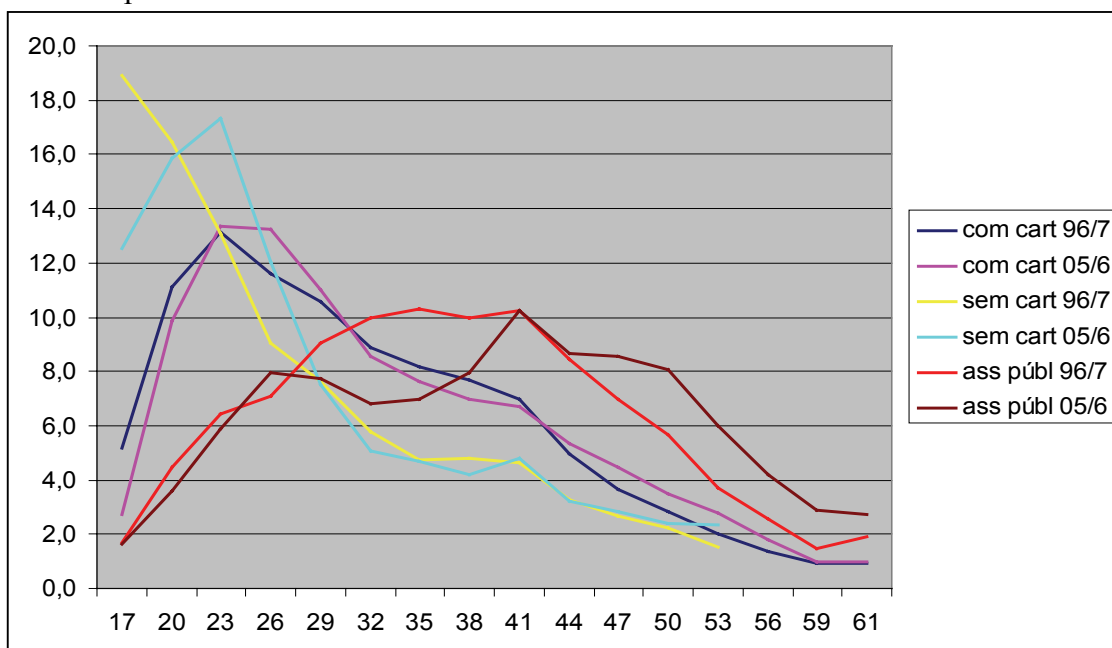
FONTE: PED-RMBH. Convênio DIEESE/SEADE/FJP/SEDESE-MG/MTE. Elaboração própria.

OBS.: Na categoria “patrões”, incluíram-se os “empregadores”, os “donos de negócio familiar” e os “outros”; entre os “sem carteira” estão os “assalariados não sabe” (os que não sabem se têm carteira).

Comparando-se as distribuições por idade dos biênios, verifica-se um processo mais ou menos generalizado de envelhecimento dos perfis etários das posições, ainda que com diferenças de intensidade. Por outro lado, sobressai o fato de a estrutura por idade dos “assalariados com carteira” em 2005-2006 ser basicamente idêntica à de 1996-1997, enquanto que a distribuição etária dos “sem carteira” se tornou um pouco menos assimétrica e a dos “assalariados do setor público”, mais envelhecida (GRÁF. 4).

GRÁFICO 4:

Distribuição (em %) por faixa etária dos assalariados “com carteira”, “sem carteira” e “do setor público” – RMBH – 1996-1997 e 2005-2006



FONTE: PED-RMBH. Convênio DIEESE/SEADE/FJP/SEDESE-MG/MTE. Elaboração própria.

Já os perfis do “autônomo para o público” e do “autônomo para empresas” pouco se alteraram no período, embora possa se constatar um leve envelhecimento de ambas as estruturas (GRÁF. 5).

GRÁFICO 5:

Distribuição (em %) por faixa etária dos autônomos “para o público” e “para empresas” – RMBH – 1996-1997 e 2005-2006

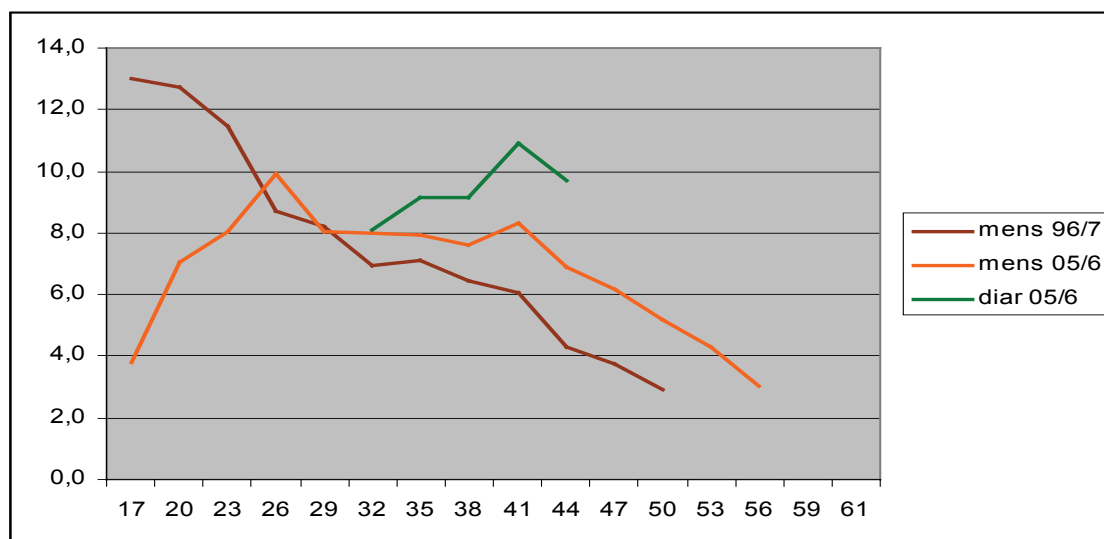


FONTE: PED-RMBH. Convênio DIEESE/SEADE/FJP/SEDESE-MG/MTE. Elaboração própria.

No caso dos empregados domésticos, ressaltam a diferença entre o perfil etário das mensalistas (mais jovens) frente ao das diaristas (mais velhas); e o envelhecimento acentuado das mensalistas entre 1996-1997 e 2005-2006 (GRÁF. 6).

GRÁFICO 6:

Distribuição (em %) por faixa etária dos empregados domésticos, mensalistas e diaristas – RMBH – 1996-1997 e 2005-2006

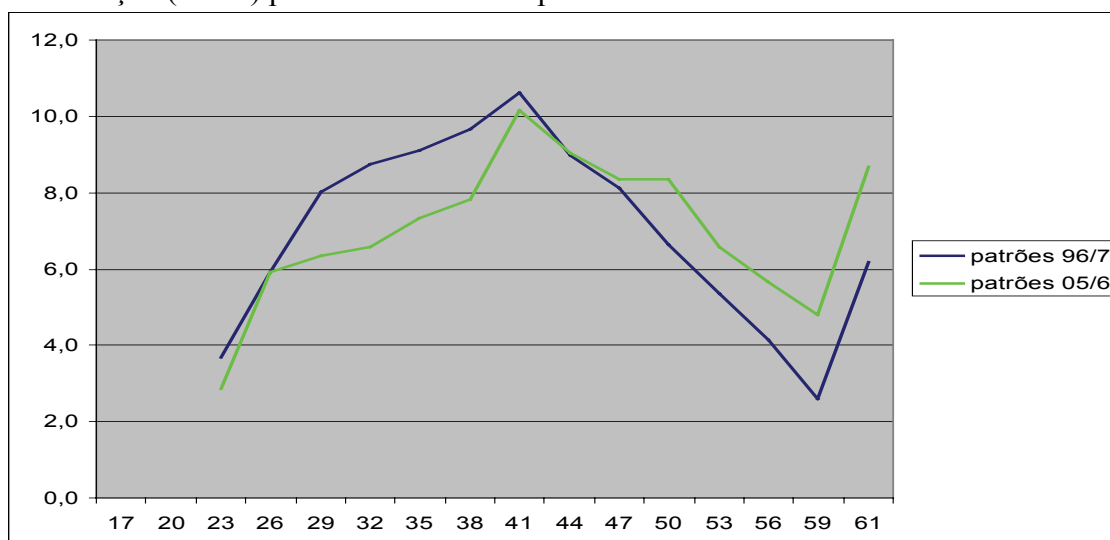


FONTE: PED-RMBH. Convênio DIEESE/SEADE/FJP/SEDESE-MG/MTE. Elaboração própria.  
 NOTA: Não é possível desagregação para “diaristas” em 1996-1997 e nem para alguns grupos etários.

Quanto aos ocupados aqui denominados “patrões”, eles já revelavam uma distribuição etária envelhecida em 1996-1997, o que se aprofundou em 2005-2006 (GRÁF. 7).

GRÁFICO 7:

Distribuição (em %) por faixa etária dos “patrões” – RMBH – 1996-1997 e 2005-2006



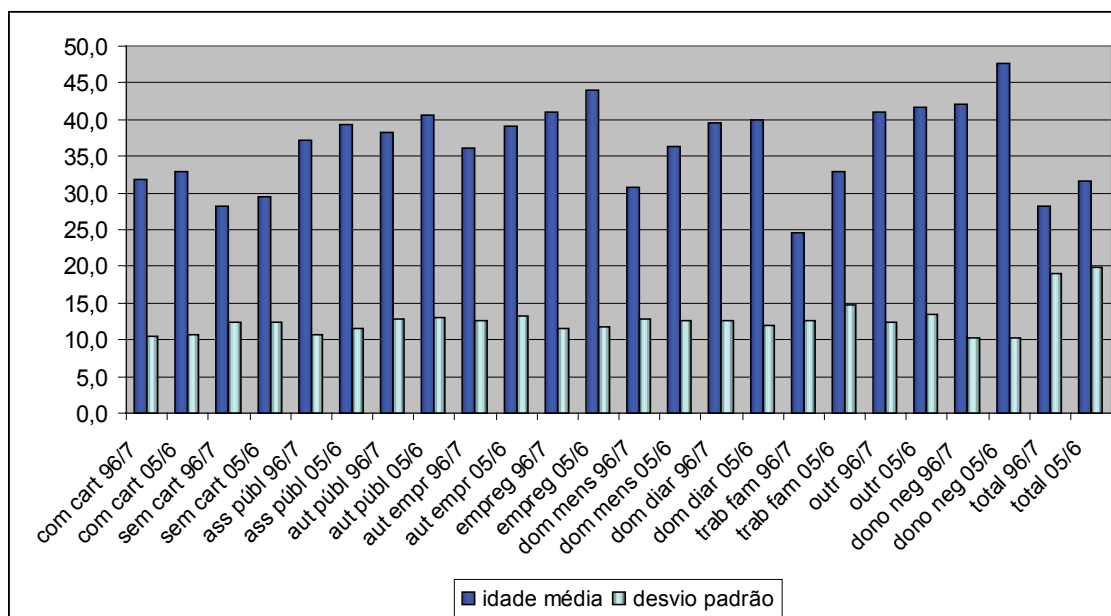
FONTE: PED-RMBH. Convênio DIEESE/SEADE/FJP/SEDESE-MG/MTE. Elaboração própria.  
 OBS.: Na categoria “patrões”, incluíram-se os “empregadores”, os “donos de negócio familiar” e os “outros”.



Uma medida resumo das distribuições etárias de cada posição na ocupação e da sua dispersão corresponde ao nível da idade média e respectivo desvio padrão.

GRÁFICO 8:

Idades médias e desvios padrões dos trabalhadores por posição na ocupação – RMBH – 1996-1997 e 2005-2006



FONTE: PED-RMBH. Convênio DIEESE/SEADE/FJP/SEDESE-MG/MTE. Elaboração própria.

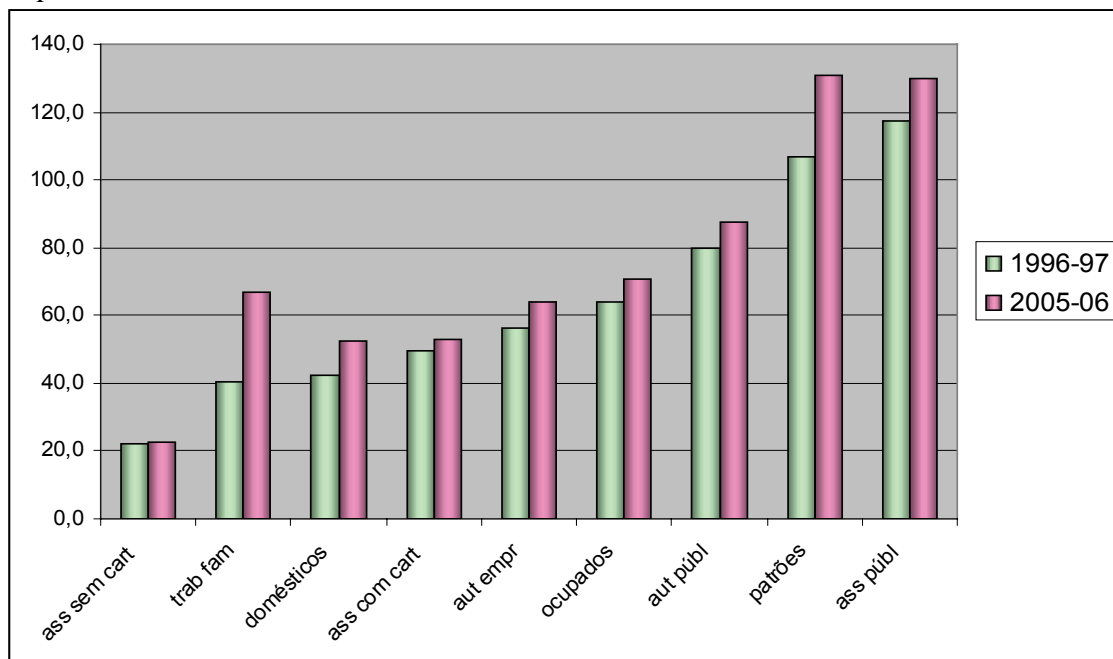
Em termos médios, à posição de “assalariado sem carteira assinada” tendem a corresponder os trabalhadores mais jovens, enquanto que, no outro extremo, “donos de negócio familiar” e “empregadores” tendem a ser mais velhos (GRÁF. 8). Os “autônomos” (para o público e para empresas) e os “assalariados do setor público” têm idade média intermediária e vivenciaram processo de envelhecimento no período a taxas também intermediárias. Na verdade, as idades médias de todas as categorias de posição na ocupação aumentaram entre 1996-1997 e 2005-2006, umas mais (“doméstico mensalista”, “dono de negócio familiar”, além de “trabalhador familiar”) e outras menos (“diarista”, “outros”, “assalariado com carteira” e “sem carteira”).

O perfil etário das posições na ocupação guarda relação com o tempo de permanência na ocupação (GRÁF. 9). Deve-se alertar, contudo, para que os dados sejam considerados com alguma cautela porque a concepção de “tempo de permanência na ocupação” adequa-se muito mais à relação assalariada do que às formas autônomas de trabalho. Por exemplo, um trabalhador autônomo para o público que, durante um mês,

ficou sem clientes e, portanto, sem prestar serviços pode entender que esteve desempregado nesse período, enquanto outro, na mesma situação, pode continuar se identificando como ocupado na posição de autônomo.

**GRÁFICO 9:**

Tempo médio de permanência na ocupação por posição (em meses), ordenado pela seqüência de 1996-1997 - RMBH - 1996-1997 e 2005-2006



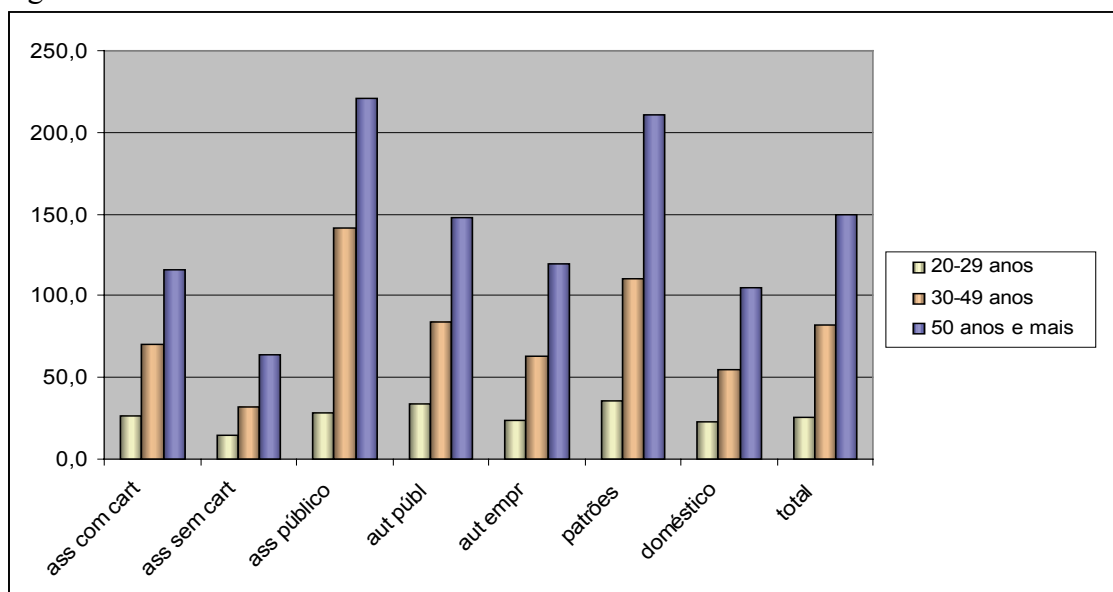
FONTE: PED-RMBH. Convênio DIEESE/SEADE/FJP/SEDESE-MG/MTE. Elaboração própria.

Entre 1996-1997 e 2005-2006, com exceção de “assalariados sem carteira”, todas as posições revelam expansão do tempo de permanência na ocupação. E, abstraindo os “trabalhadores familiares”, em especial, e os “patrões”, a ordem das posições de acordo com a duração da permanência na ocupação não se alterou entre 1996-1997 e 2005-2006. Nos dois períodos, ressaltam o pouco tempo acumulado na ocupação pelos “sem carteira” e a amplitude de variação entre os tempos médios na ocupação segundo a posição, que cresciam de 22,7 meses (“sem carteira”, em 2005-2006) a 130,9 meses (“patrões”, em 2005-2006).

Tomando-se os dados de tempo de permanência na ocupação, segmentados por grupos etários, constatam-se outras diferenças entre as posições (GRÁF. 10).

GRÁFICO 10:

Tempos médios (em meses) de permanência na ocupação por posição de ocupados segundo faixas de idade - RMBH - 2005-2006



FONTE: PED-RMBH. Convênio DIEESE/SEADE/FJP/SEDESE-MG/MTE. Elaboração própria.

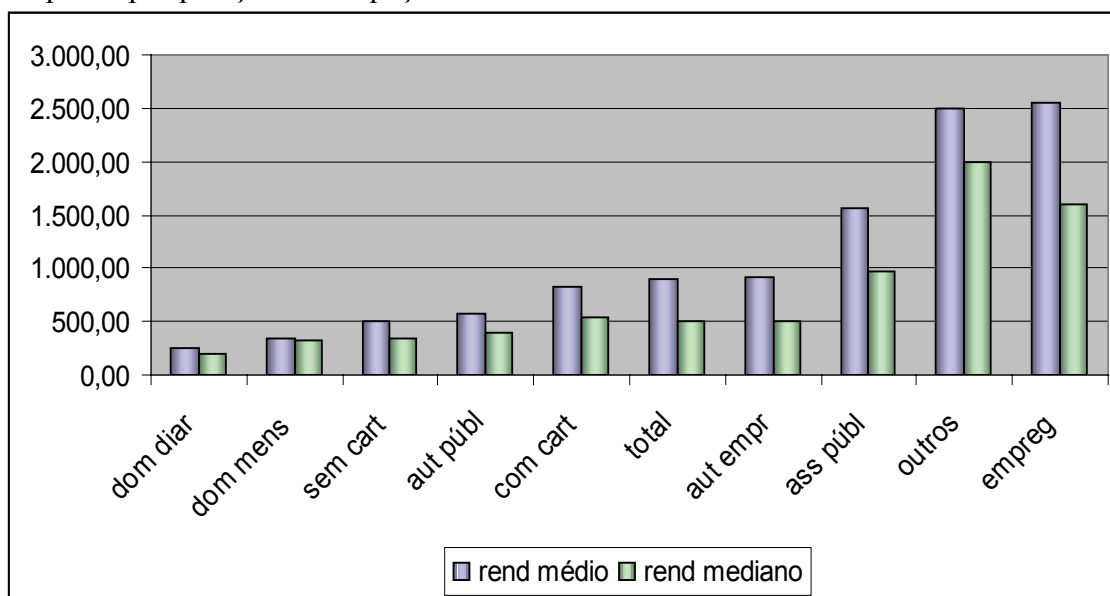
OBS.: O “total” inclui a posição “trabalhadores familiares”, que, no entanto, isoladamente não apresentou representatividade amostral.

O tempo médio de permanência em cada posição na ocupação tende a aumentar, para todas elas, à medida que os trabalhadores são mais velhos. Por um lado, isso reflete uma obviedade: os trabalhadores recém ingressos no mercado de trabalho como ocupados ainda não tiveram tempo de acumular tempo na mesma ocupação, independentemente de qual posição ocupem. Por outro lado, parece existir uma tendência a um “acomodamento” (sem juízo de valor na expressão) que, com o passar do tempo, torna os trabalhadores mais estáveis em sua posição na ocupação. Entretanto, isso é mais verdadeiro para umas posições do que para outras. Os “assalariados sem carteira”, nos três grupos etários considerados, acumulam sempre o menor tempo na ocupação, enquanto que, nos dois grupos mais velhos, os “assalariados do setor público” e, no grupo dos 20 anos, os “patrões” alcançam os intervalos mais longos na ocupação. E as diferenças absolutas, isto é, em meses, aumentam com a faixa etária considerada. No grupo “50 anos e mais”, os “assalariados do setor público” permanecem, em média, há 220,9 meses (pouco mais de 18 anos) na mesma ocupação e os “sem carteira”, 63,9 meses (pouco mais de 5 anos). O fato de a diferença relativa entre o tempo médio na ocupação dos “sem carteira” para o dos “assalariados do setor público” ser maior no grupo de 30 a 49 anos do que no grupo de 50 anos e mais pode estar associado à dificuldade de os “sem carteira” se retirarem do mercado de trabalho como aposentados.

Quanto às remunerações, pode ser identificada uma hierarquia salarial por posição na ocupação (GRÁF. 11). Os menores valores eram pagos aos “domésticos” e, na seqüência, aos “assalariados sem carteira” e aos “autônomos para o público”. “Assalariados com carteira” e “autônomos para empresas” ganhavam rendimentos semelhantes e bem próximos ao do total dos ocupados. “Assalariados do setor público” e, principalmente, “outros” (categoria composta quase totalmente por profissionais universitários autônomos) e “empregadores” recebiam rendimentos bem superiores aos das outras posições.

#### GRÁFICO 11:

Níveis médios e medianos dos rendimentos brutos no trabalho principal (em R\$) dos ocupados por posição na ocupação - RMBH – 2005-2006

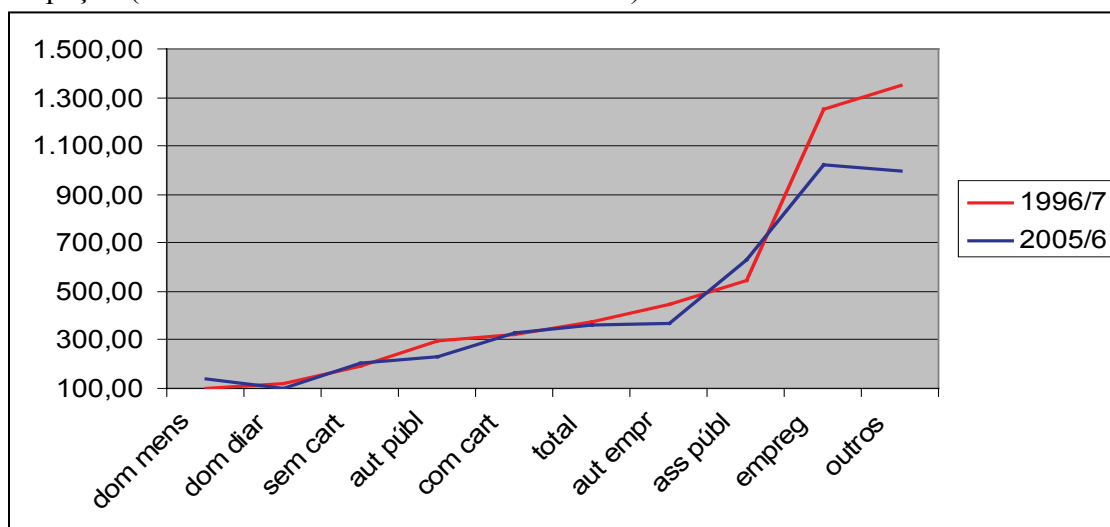


FONTE: PED-RMBH. Convênio DIEESE/SEADE/FJP/SEDESE-MG/MTE. Elaboração própria.  
 OBS.: Não se incluíram os “trabalhadores familiares”, uma vez que não auferem rendimentos. Os “donos de negócio familiar” com rendimentos declarados positivos não agregam amostra representativa. No “total dos ocupados” consideraram-se apenas os ocupados com rendimentos positivos declarados.

A estrutura salarial por posição identificada em 2005-2006 era muito semelhante à de 1996-1997. Segundo os rendimentos médios, a comparação entre as duas estruturas revela que a principal transformação diz respeito à expressiva queda relativa dos rendimentos médios de “empregadores” e de “outros”, tornando a estrutura um pouco menos desigual. As outras mudanças podem ser consideradas pequenas (GRÁF. 12). Ainda assim, em 2005-2006, em termos médios, os “empregadores” e “outros” recebiam o equivalente a 10 vezes o auferido por “domésticos diaristas”.

GRÁFICO 12:

Índices das médias dos rendimentos brutos no trabalho principal por posição na ocupação (com base no menor rendimento médio) – RMBH – 1996-1997 e 2005-2006



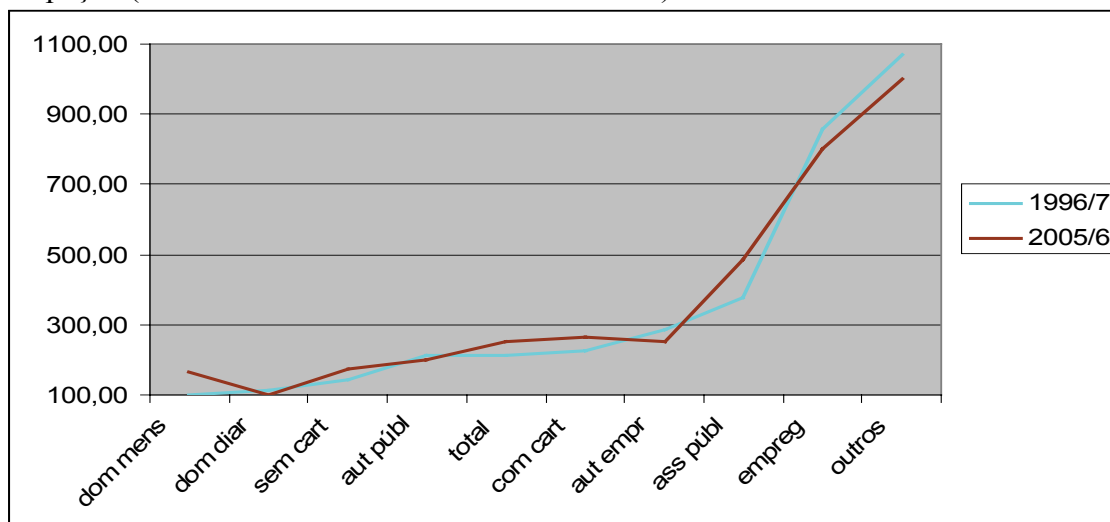
FONTE: PED-RMBH. Convênio DIEESE/SEADE/FJP/SEDESE-MG/MTE. Elaboração própria.

OBS.: Não se incluíram os “trabalhadores familiares”, uma vez que não auferem rendimentos. O “total dos ocupados” foi calculado apenas para ocupados com rendimentos positivos declarados. Os “donos de negócio familiar” com rendimentos declarados positivos não agregam amostra representativa em 2005-2006. Os rendimentos não foram ajustados por tamanho de jornada. Em 1996-1997, o rendimento dos “domésticos mensalistas” é a base 100,00; e, em 2005-2006, o dos “diaristas”.

Já a comparação da hierarquia de remunerações segundo os valores medianos dos dois biênios revela estruturas semelhantes com algumas mudanças sutis (GRÁF. 13).

GRÁFICO 13:

Índices das medianas dos rendimentos brutos no trabalho principal por posição na ocupação (com base no menor rendimento mediano) - RMBH - 1996-1997 e 2005-2006



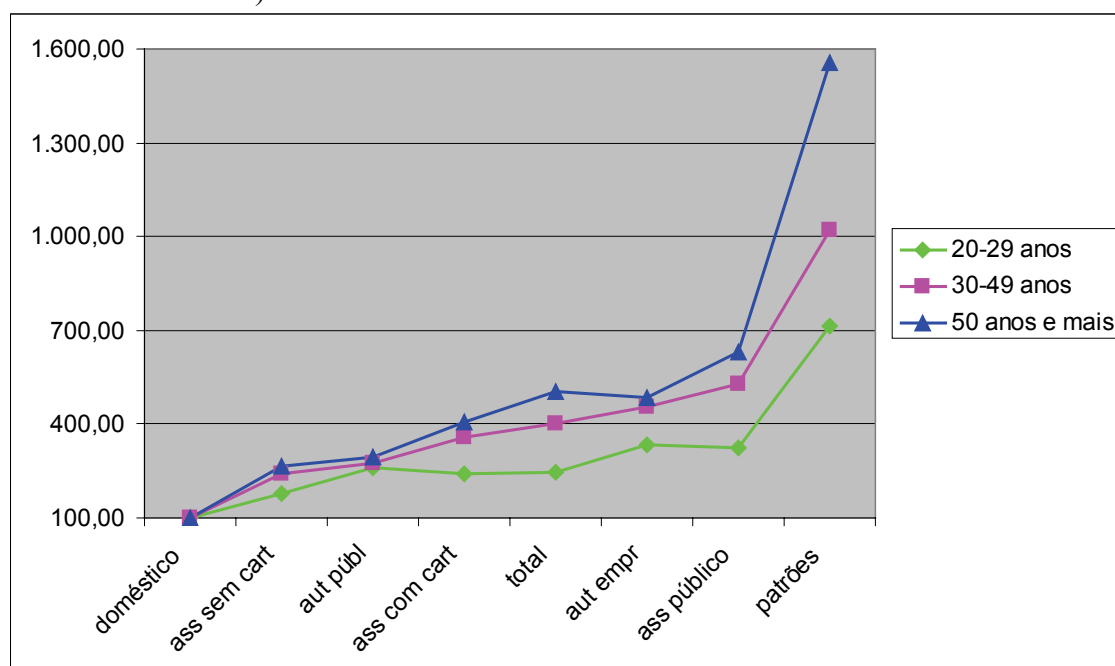
FONTE: PED-RMBH. Convênio DIEESE/SEADE/FJP/SEDESE-MG/MTE. Elaboração própria.

OBS.: Não se incluíram os “trabalhadores familiares”, uma vez que não auferem rendimentos. O “total dos ocupados” foi calculado apenas para ocupados com rendimentos positivos declarados. Os “donos de negócio familiar” com rendimentos declarados positivos não agregam amostra representativa em 2005-2006. Os rendimentos não foram ajustados por tamanho de jornada. Em 1996-1997, o rendimento dos “domésticos mensalistas” é a base 100,00; e, em 2005-2006, o dos “diaristas”.

Segmentando os trabalhadores ocupados em grupos de idade e agregando as posições na ocupação em nova forma, a hierarquia remuneratória identificada se confirma (GRÁF. 14 e 15). A comparação, entre os dois períodos analisados, dos indicadores de remuneração segmentados por grupos de idade e posição revela que a diminuição da dispersão salarial foi generalizada entre os grupos etários e causada principalmente pela redução relativa da remuneração da posição “patrões”, em especial no grupo de idade mais elevada. “Autônomos para empresa” e “autônomos para o público” também tiveram redução expressiva de seu índice de remuneração, enquanto que “assalariados do setor público” foram os que menos viram o índice de seu rendimento médio se reduzir.

GRÁFICO 14:

Índice do rendimento médio por posição na ocupação, segundo grupos de idade, ordenado pela hierarquia do grupo de 30 a 40 anos de idade (rendimento de "domésticos" = 100) - RMBH - 1996-1997

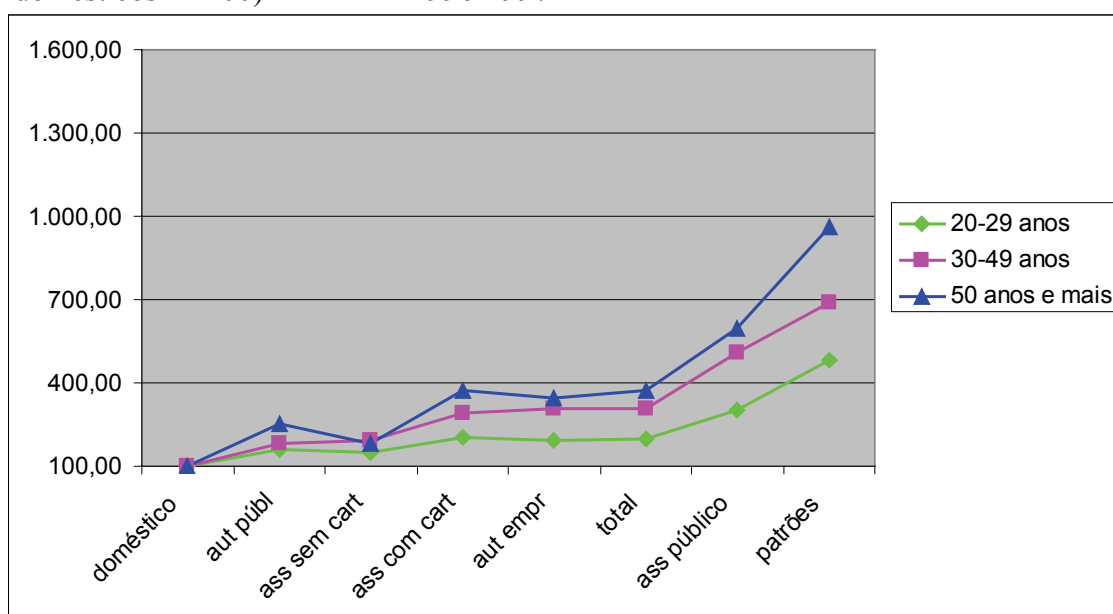


FONTE: PED-RMBH. Convênio DIEESE/SEADE/FJP/SEDESE-MG/MTE. Elaboração própria.

OBS.: Por falta de representatividade amostral, não se incluíram os “trabalhadores familiares”. O “total dos ocupados” foi calculado apenas para ocupados com rendimentos positivos declarados.

GRÁFICO 14:

Índice do rendimento médio por posição na ocupação, segundo grupos de idade, ordenado pela hierarquia do grupo de 30 a 40 anos de idade (rendimento de "domésticos" = 100) - RMBH - 1996-1997



FONTE: PED-RMBH. Convênio DIEESE/SEADE/FJP/SEDESE-MG/MTE. Elaboração própria.

OBS.: Não se incluíram os "trabalhadores familiares". O "total dos ocupados" foi calculado apenas para ocupados com rendimentos positivos declarados.

### *Notas conclusivas*

Analisando-se as distribuições etárias das posições na ocupação vigentes na RMBH em 2005-2006, identificaram-se padrões distintos de inserção no mercado de trabalho segundo a idade: os "assalariados do setor privado" tendem a ser mais jovens; os "autônomos", os "assalariados do setor público" e os "empregados domésticos" tendem a ter idades intermediárias; e os "empregadores", "donos de negócio familiar" e os "outros" (em grande medida, profissionais universitários autônomos) tendem a ser mais velhos. Ainda que com perfis mais jovens, essas mesmas relações vigoravam em 1996-1997 na região. Parecem existir, portanto, padrões de composição etária das posições na ocupação, relativamente estáveis, na metrópole de Belo Horizonte. Também quanto à hierarquia de rendimentos foi identificado um padrão em 2005-2006, que equivalia, com pequenas alterações, ao vigente em 1996-1997. Do menor para o maior rendimento bruto do trabalho principal médio, a escala era: "empregados domésticos", "assalariados sem carteira", "autônomos para o público", "assalariados com carteira", "autônomos para empresas", "assalariados do setor público", "outros" e, por fim, "empregadores". A

redução da dispersão salarial ocorrida entre 1996-1997 e 2004-05 pode ser considerada um aspecto positivo, mesmo não tendo sido avaliados os níveis dos rendimentos, mas apenas as relações entre eles.

A distribuição etária das posições na ocupação na RMBH corrobora a constatação de RAMOS *et al* (1997, p. 35) de que “(...) o trabalho assalariado sem carteira parece ser predominantemente uma forma inicial de inserção no mercado de trabalho (...)”. Os empregados assalariados sem carteira acumulam, em média, pouquíssimo tempo na mesma ocupação, o que pode significar, primeiro, que se desligam voluntariamente de seus empregos para buscar outros com melhores condições ou para retornar à inatividade econômica; ou, segundo, que sofrem os efeitos das decisões dos empregadores de demiti-los depois de breve intervalo desde a contratação, sendo que, no caso de serem substituídos, esses trabalhadores estariam sofrendo os efeitos da rotatividade. Ademais, os “sem carteira” auferem baixos salários, em valores pouco superiores ao do salário mínimo. Essas duas características do trabalho sem carteira assinada, isto é, pouco tempo de permanência na ocupação e baixos salários, parecem ser correlacionadas. Assim, o empregado sem carteira recebe baixa remuneração, permanece por pouco tempo na ocupação, decide demitir-se ou é demitido, busca outro emprego, que, sendo um emprego sem carteira, reiniciaria o ciclo.

Quanto às outras duas categorias de empregados assalariados, não doméstico, ou seja, “assalariado do setor público” e “assalariado com carteira”, elas guardam diferenças expressivas entre si. Seja no que se refere ao perfil etário, seja na dimensão da remuneração ou do tempo de permanência na ocupação, esses dois grupos de assalariados são muito distintos entre si, o que deveria fazer com que se evitasse tratar tais segmentos num único agregado ou que, pelo menos, fosse feito com muita cautela.

A estabilidade das estruturas etárias por posição na ocupação nos dois períodos analisados faz suspeitar que os ocupados iniciem sua vida economicamente ativa como assalariados do setor privado e, mais tarde, alguns deles transitem para outras formas de inserção, uma parcela o fazendo para formas mais vulneráveis (como “domésticos diaristas” ou “autônomos para o público”) e outra, para formas mais seguras (como “assalariados do setor público”, “autônomos para empresas” e “outros”). Essas transições entre posições na ocupação tendem obviamente a se refletir nos rendimentos:



os que transitam para formas mais vulneráveis tenderiam a passar por uma degradação salarial e os que migram para formas mais seguras conseguiriam elevar seus rendimentos. As “transições virtuosas” (as direcionadas para posições mais seguras) podem decorrer de processos, vivenciados ao longo da vida ativa, de acúmulo de experiência profissional, de recursos financeiros e de clientela, bem como de alcance de níveis educacionais mais elevados.

Com base apenas na dimensão de rendimento, as posições de “domésticos mensalistas”, “domésticos diaristas”, “assalariados sem carteira” e “autônomos para o público” podem ser vistas como as mais vulneráveis no mercado de trabalho da RMBH. Essas posições apresentam padrões etários distintos e, portanto, necessidades diferentes, o que deveria orientar a elaboração de políticas públicas específicas. Os “sem carteira” são, em boa medida, indivíduos jovens, provavelmente ingressando no mercado de trabalho, com possíveis dificuldades de comprovar experiência anterior e necessidade de compatibilizar trabalho e continuidade de formação. Os “domésticos diaristas” e os “autônomos para o público” são pessoas mais velhas, provavelmente com maiores responsabilidades familiares e que possivelmente enfrentam impedimentos para obter um emprego assalariado estável e, no caso *das diaristas*, obstáculos para compatibilizar trabalho “no mercado” e no próprio domicílio. Talvez as principais carências dos “domésticos mensalistas” (e, em boa medida, também dos “diaristas”) se refiram à ampliação de sua profissionalização; ao reconhecimento de direitos trabalhistas básicos; e à viabilização, mediante acesso a cursos de educação regular e profissional, de recursos para a busca de outras formas de inserção no mercado de trabalho. Por fim, em função da segregação espacial que ordena a construção da metrópole, todos esses profissionais devem sofrer com os custos, financeiros e de tempo, impostos pelas longas distâncias a serem encaradas no deslocamento para o trabalho e, por isso, políticas de transporte adequadas poderiam beneficiá-los enormemente.

### *Referências bibliográficas*

CORSEUIL, Carlos Henrique (ed.). **Estrutura salarial**: aspectos conceituais e novos resultados para o Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2002, 152 p.

HIRATA, Guilherme Issamu, MACHADO, Ana Flávia. Escolha ocupacional e transição no Brasil metropolitano – uma análise com ênfase no setor informal. (mimeo). julho de 2007.

RAMOS, Lauro, RIOS-NETO, Eduardo, WAJNMAN, Simone. Perfis etários, posição na ocupação e desigualdade de rendimentos no Brasil. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 7, nº 1, p. 11-41, maio de 1997.

SEDLACEK, Guilherme Luís, BARROS, Ricardo Paes de, VARANDAS, Simone. Segmentação e mobilidade no mercado de trabalho: a carteira de trabalho em São Paulo. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 20, nº. 1, p. 87-104, abril de 1990.

WAJNMAN, Simone. **A ocupação na perspectiva de ciclo de vida**: uma aplicação do modelo de multiestados ao caso brasileiro. 1995. 115 f. Tese (Doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995.